

N.º: Gp400-X

Proc.º: 30.06.01.15

35.02.22

35.02.23

Data: 26.11.2013

Assunto: Plano e Orçamento 2014 – Intervenção inicial

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente e membros do Governo,**

Está esta Assembleia mais uma vez reunida para debater o Plano e Orçamento de 2014. Este é o segundo Plano e Orçamento do auto-proclamado “novo Governo” socialista, mas estes são também os 18.ºs Plano e Orçamento da governação socialista nos Açores.

Com a crise económica, financeira e social instalada (e para durar) o Governo Regional apresenta a esta Assembleia documentos provisionais que, apesar das “Vias” e das “Agendas” Açorianas, se resumem à simples evolução na continuidade...

É certo que existem factores que influenciam, de maneira diferente de anos anteriores, o Plano e Orçamento que vamos debater nos próximos dias.

Desde logo, porque estamos no fim de um ciclo de programação financeira comunitária – que faz com que hajam menos verbas disponíveis para investimento –, mas porque somos parte integrante

de um País resgatado pelos seus credores e onde há necessidade de reformas, algumas bem austeras.

Porém, existem resultados, estatísticas, factos (e factos são factos, como bem gosta de acentuar o PS/Açores) que comprovam falhanços nas opções políticas, pelo que só ao PS/Açores se podem assacar responsabilidades.

Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Permitam-me recordar, rapidamente, as palavras de quem representava o CDS-PP, nesta Assembleia, em Abril de 2005, sobre a situação sócio-económica da Região: *“As famílias Açorianas, em geral, estão com mais dificuldades e cada vez mais endividadas, as actividades económicas estão a passar por situações de crise, os excluídos sociais aumentam, mas o Governo Regional tem cada vez mais dinheiro. O CDS-PP preferia o contrário. O CDS-PP preferia que as famílias e as empresas tivessem mais rendimentos e dependessem menos do Governo, que por sua vez podia ser menos rico, mais eficiente e menos interventivo na sociedade e no associativismo”*.

Passou praticamente uma década; as governações maioritárias dos Açores, primeiro, foram negando a crise; depois, assumiram-na com ligeireza, ao ponto de garantirem aos Açorianos que ela *“chegaria mais tarde e iria embora mais cedo”*; mas... e agora???

Agora é preciso ter em conta que, em tempo de profunda crise, não se pode governar da mesma forma, nem se deve exercer o poder da oposição da mesma maneira.

A conjuntura exige um esforço acrescido de solidariedade para com as famílias e as empresas em dificuldades: um esforço que deve sobrepor-se ao espírito de facção e à crispação por vezes inútil que, algumas vezes, dominam a agenda política.

Senhor Presidente do Governo,

Os Açores vivem hoje uma crise quase sem precedentes.

As novas gerações não têm memória de nada semelhante.

Estamos confrontados com dados concretos que carecem de respostas eficazes, urgentes e imediatas. Desde logo, é preciso inverter a tendência de desemprego que está a varrer a sociedade Açoriana, ao ponto de hoje estarmos confrontados com a maior taxa de desemprego da nossa história autonómica.

Mais de 21 mil Açorianos estão desempregados, sendo que 40% deles são jovens.

Hoje temos mais de 18.600 Açorianos a beneficiar do RSI e praticamente todos os meses passam a usufruir desta prestação social, mais beneficiários.

As estatísticas dizem-nos que mais de 23% dos jovens Açorianos (entre os 15 e os 34 anos) não estudam ou não trabalham.

A acção social escolar apoia hoje mais de 25 mil crianças no nosso sistema educativo, ou seja, mais de 60% dos nossos alunos. Há dez anos atrás eram apoiadas apenas 16 mil crianças. E se estes apoios são dados é porque há mais de 25 mil famílias que vivem no limiar da pobreza...

Os Açorianos são os portugueses com menor poder de compra (e o preço dos bens é mais elevado nos Açores), o que associado a medidas de austeridade, faz com que se fechem empresas e extinguiam postos de trabalho.

Hoje mais de 40% dos contentores que chegam cheios aos nossos portos, saem vazios dos Açores, num claro desequilíbrio da balança comercial. Continuamos a importar mais do que exportamos.

Esta é a realidade dura dos números que não é possível escamotear. É para combater este cenário que devemos, todos, unir esforços e trabalhar no sentido de incluir neste Plano e Orçamento as melhores soluções possíveis para as nossas famílias e empresas.

**Senhora Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,**

Seria muito mais fácil para o CDS-PP alertar os Açorianos para o óbvio e culpar o Partido Socialista por ter trilhado um longo caminho de 17 anos que nos trouxe a esta crise, mas todos sabem que o CDS-PP não desiste nem abdica de apresentar as propostas que considera necessárias, a favor dos Açorianos, porque tem sido essa a nossa postura e continuará a ser, ao contrário do tacticismo serôdio por outros praticado!

O CDS-PP tem muito por onde criticar a governação; desde as dívidas que estamos a fazer em nome das futuras gerações (e sem lhes pedir consentimento), à gestão do Sector Público Empresarial Regional, passando pelas políticas de saúde ou transportes...

Registamos também os alertas da sociedade civil e organizada sobre as reduções de investimentos previstos na Agricultura, ou a falta que faz à Universidade dos Açores ver aumentada a participação da Região, ou dos empresários a quem a banca só coloca entraves, mesmo quando se tratam de linhas de crédito contratualizadas com o Governo...

Mas ao longo do debate teremos oportunidade de apontar as nossas diferenças e de formular as nossas críticas.

Senhor Presidente do Governo,

No momento tão difícil que atravessamos ninguém deve ser excluído, nenhuma ideia pode ser ignorada, nenhum caminho pode ser encerrado, nenhuma pergunta vos deve ser incómoda.

O momento aflitivo por que passam as nossas famílias e empresas deve merecer a nossa mais profunda atenção; devemos estar abertos a ouvir todos, a dialogar com todos, a analisar todas as propostas e a aceitar aquelas, que não sendo à partida uma opção socialista, podem ser boas para quem delas vai beneficiar...

Devemos fazer corresponder ao discurso do diálogo e do consenso acções reais. E estas acções depois de assumidas consensualmente devem ser concretizadas, sob pena de caírem no descrédito.

Não vale pena apelar ao diálogo e fingir o consenso.

Não vale a pela aprovar soluções ou propostas de outros partidos, apenas para constatar no discurso político de amanhã. É preciso fazer cumprir com a palavra dada!

Ao Governo e ao Partido Socialista cabe a obrigação de uma procura genuína do consenso.

Apresentou as suas propostas, mas deve estar aberto às opções que venham a ser apresentadas por outros, visando a formulação de alternativas ou melhorias às políticas definidas.

O CDS-PP Açores é isso que fará; proporá medidas de estímulo à economia e de apoio às famílias.

Em suma, esta é a altura de, dignificando a actividade política, sermos capazes de buscar consensos alargados para tirar os Açores da crise e a crise dos Açores.

O Deputado Regional

Artur Lima